

## JOGOS DISCURSIVOS NA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA (PR)

Rosângela Wosiack Zulian\*

**RESUMO:** O presente artigo foi apresentado na Mesa Redonda “Religiões, Religiosidades e Poder”, integrando o III Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 20 a 22 de Outubro de 2010.

**PALAVRAS CHAVE:** Diocese, Igreja Católica, instituição eclesiástica, D. Antonio Mazzarotto.

### DISCURSIVE GAMES IN THE CREATION AT THE DIOCESE OF PONTA GROSSA (PR)

**ABSTRACT:** This paper was presented at the Round Table “Religions, Religiosities and Power” integrating the III Meeting of the GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), October 20-22, 2010.

**KEYWORDS:** Diocese, Catholic Church, ecclesiastical institution, D. Antonio Mazzarotto

Pela bula papal *Quum in Dies Numerus* de 10 de maio de 1926, foram criadas a arquidiocese de Curitiba e, conseqüentemente, as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguaçu. Diferentemente do sugerido na documentação oficial, a elevação de Curitiba a arquidiocese tramou significados políticos e econômicos visíveis apenas se cotejados com outras fontes documentais. A escolha dos respectivos bispos, quase imediata no caso de Jacarezinho e Foz do Iguaçu, tardou em Ponta Grossa. Busca-se, nesse trabalho, encontrar nos registros disponíveis aquilo que torna a informação histórica pensável e plausível.

Buscamos, neste artigo, reconstruir o processo de implantação da diocese de Ponta Grossa (PR) em 1926 e a escolha de seu primeiro bispo, o padre Antonio Mazzarotto, filho de imigrantes vênets (ZULIAN, 2009). Esse processo, pelas dificuldades na localização dos registros e pelas lacunas nas poucas fontes encontradas, nos proporcionou diversos dilemas e algumas possibilidades instigantes: como e porque as coisas aconteceram de tal maneira se, de forma geral, a constituição de uma sede diocesana passa por um processo de preparo, publicização e mobilização da sociedade local bastante significativo? <sup>1</sup> Por que as fontes silenciaram ou desapareceram de forma

---

\* Professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>1</sup> Nos trabalhos de Gaeta, Bencosta, Isaia, Câmara Neto, Manoel, Pereira e outros relacionados ao tema, os diversos conflitos que envolveram a Igreja, a participação popular e as estratégias adotadas pelas

tão drástica?

No arquivo da Cúria metropolitana de Curitiba encontra-se uma carta de D. João Francisco Braga ao núncio apostólico do Brasil, D. Henrique Gasparri, datada de 24 de março de 1924. Nessa correspondência o bispo fez um relato do surgimento da ideia de criação de novas dioceses no Paraná.<sup>2</sup> A certa altura, disse:

A circunscrição de Jacarezinho é habitada por gente pacífica e boa e porisso será fácil de ser dirigida. A circunscrição de Ponta Grossa parece requerer um titular que, de certo modo se imponha e que, sendo genuinamente brasileiro, não estranha haver de tratar com as mais variadas nacionalidades: polonesa, ucraniana, italiana e alemã (FEDALTO, 1976, 23). [sem grifo no original]

Esses destaques da fala de D. João Francisco Braga, ao primeiro olhar, poderiam ser atribuídos às preocupações normais de um bispo que, por administrar uma diocese extensa, desejava o estabelecimento de novas circunscrições que otimizassem seu trabalho. Tal divisão traria, também, a possibilidade concreta de tornar-se o primeiro arcebispo do Paraná. Qual o sentido da comparação feita por D. Braga entre Jacarezinho e Ponta Grossa? O que quis sutilmente insinuar quando sugeriu o perfil do titular para esta última? Porventura o nome do padre Antonio já estava sendo cogitado?

Os discursos produzidos pela instituição eclesiástica, referidos ao contexto da criação da arquidiocese, enfatizavam a necessidade de criação de novas circunscrições para que os bispos pudessem “acudir, com maior presteza e eficiência, às necessidades espirituais de seus diocesanos (FEDALTO, 1958,191), pois “já não era possível que um bispo percorresse todo o Estado e estivesse presente em toda parte” (FEDALTO, 1976, p.21) . Sem desconsiderar essa argumentação aparentemente satisfatória, percebemos que outras questões se atravessam na documentação consultada, ensejando o desvelamento de interesses diversos, tanto por parte do poder público, quanto das autoridades religiosas. Em jogos discursivos sugeriram-se alianças, influências, afirmação de prestígio, possibilidades de privilégio e de reconhecimento.

Na primeira carta pastoral de D. Antonio Mazzarotto<sup>3</sup>, publicada por ocasião de

---

autoridades no preparo e ao longo da implantação diocesana foram registrados nos diversos jornais e/ou atas das associações e movimentos religiosos existentes. Em Ponta Grossa essa movimentação, que possivelmente existiu, foi pouco registrada, não apenas pela lacuna do jornal, mas também na crônica religiosa das duas únicas congregações existentes na cidade até a chegada de D. Antonio.

<sup>2</sup> Em 1926, foram criadas as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a Prelazia de Foz de Iguaçu.

<sup>3</sup> Antonio Mazzarotto nasceu em 1890, em Santa Felicidade (Paraná). Entrou no Seminário Episcopal de Curitiba em 1905 e foi ordenado em 1914 por D. João Francisco Braga, terceiro bispo da diocese de Curitiba. Ainda um jovem sacerdote, foi vigário cooperador da Catedral de Curitiba, angariando fama de erudição, eloquência na pregação e zelo na defesa da fé católica. Em 1930 foi ordenado como primeiro bispo da diocese de Ponta Grossa (PR) e seu episcopado estendeu-se até 1965.

sua ordenação episcopal em Roma, expressaram-se tanto a exaltação da fé católica quanto a proposta de uma política de conciliação com as autoridades civis.

O exemplo do passado inspira-nos a doce confiança de que na ordem civil sempre teremos a benevolencia das autoridades que, mercê de Deus, geralmente compreendem quanto monta a Religião para tornar os povos grandes e fortes. Precioso será sempre o apoio do supremo magistrado do nosso prospero Estado, daquelle que a vontade popular colloca á frente dos destinos do Paraná, a quem sorri um futuro de grandeza pela amenidade de seu clima, pela riqueza do subsolo e pela fertilidade de suas terras. Ao actual Presidente do Estado, Dr. Affonso Alves de Camargo, que sempre pautou suas deliberações pelo patriotismo de que deu inequivocas provas, saudamos com vivo affecto e com decidido empenho de prestar-lhe toda a cooperação de que nos faz capaz a autoridade religiosa [...]. De todos os depositarios dos poderes publicos aos quaes dirigimos a nossa saudação, esperamos confiantes aquelle benevolo apoio que nasce da lucida comprehensão de que, banido o decalogo, salteiam a sociedade todos os crimes que elle prohiibe. O poder legitimo na sociedade humana é prestigiado pela Igreja que ensina com São Paulo que toda autoridade vem de Deus e como tal se lhe deve obediencia obsequiosa e reverente (MAZZAROTTO, 1930, 33). [sem grifo no original]

O bispo, após apresentar o seu projeto para a nova diocese, como boa parte do episcopado em tais ocasiões, organizou uma lista de pessoas significativas em relação ao momento e fez alguns poucos agradecimentos. Além do presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo (1928-1930, segundo mandato), D. Antonio rememorou o papel do presidente anterior, Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928).

A diocese de Ponta Grossa juntamente com a Provincia ecclesiastica a que pertence, foi creada há já cinco annos, durante o benemerito governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Este facto nos evoca a nobre figura do então presidente do Estado e actual senador da República, figura de catholico destemido e exemplar que não pouco cooperou para o incremento da Religião (MAZZAROTTO, 1930, 33).

Segundo Ivan Manoel, o projeto de recristianização da sociedade, a partir do pontificado de Pio XI, exigia a criação de paróquias e dioceses, que deveriam ser a marca efetiva da presença católica e instrumento de disseminação da fé cristã. Bem por isso, o processo de criação de uma jurisdição eclesiástica propositadamente adquiriria contornos político-sociais muito fortes, envolvendo a população em geral e, em particular, as elites locais e regionais. Para o autor, o envolvimento destas no projeto da instituição católica estabeleceu a dialética entre a Igreja, a sociedade e o Estado. Embora a instituição fosse portadora de uma cosmovisão que se traduzia em uma

doutrina avessa ao mundo moderno e ao Estado burguês, característica do ultramontanismo herdado do século XIX, nada obstou a convivência harmoniosa, o mais das vezes, entre eles, possibilitando o estabelecimento de profundos vínculos ideológicos no âmbito da atuação política. Esses vínculos foram criados dado o caráter conformista e providencialista da cosmovisão ultramontana, cujo discurso e doutrinação foram apropriados pelos grupos de poder (1998/1999, pp. 227-229).

O processo de formação da diocese de Assis estudado por Ivan Manoel aproxima-se do nosso estudo em alguns aspectos. Ao discutir o comprometimento dos chefes políticos locais, os nomes das pessoas que se envolveram na condução do processo e o próprio mecanismo empregado na realização do objetivo proposto, o autor verificou que a expectativa desses grupos se voltava mais para o significado sociopolítico da criação e instalação do bispado do que para seus resultados soteriológicos, embora não fosse esse o posicionamento assumido pela hierarquia da Igreja.

Ao que tudo indica, mesmo antes de 1924, muitas pessoas já sabiam que Ponta Grossa ia tornar-se sede da diocese. Na carta enviada ao núncio apostólico o futuro arcebispo D. João Francisco Braga, assim comentou em 1924:

O Dr. Affonso Camargo, Senador pelo Paraná, e ex-presidente do Estado, chegando do Rio a Curitiba, difundiu a notícia que, de passagem por Ponta Grossa, lhe fora dito pelos políticos na estação que, brevemente, teriam ali a sede de um bispado. Piedoso católico, e pode-se dizer, entusiasta mesmo, é o atual presidente do Estado (Dr. Caetano Munhoz da Rocha). Ao regressarem de Ponta Grossa, no dia 8 de maio (sic), disse-me no trem o Presidente, que havia recebido do Ministério do Exterior comunicação particular que viria aqui um Visitador Apostólico e que ele, presidente, se lembrava em Ponta Grossa de auscultar personagens influentes a respeito da criação de um bispado ali e que estes personagens se haviam mostrados dispostos a contribuir. Respondi-lhe que tomando em consideração o bem da religião, seria a criação de novas Dioceses cousas para ser altamente desejadas e tanto que, há tempos, eu pedira a Dom Alberto José Gonçalves<sup>4</sup>, paranaense de nascimento, que, em São Paulo, trocasse idéia com Dom Duarte Leopoldo e Silva, que foi Bispo do Paraná (in FEDALTO, 1976, p. 22). [sem grifo no original]

Quais políticos fizeram contato com Affonso Camargo? Os locais? A carta não explicita. Caetano Munhoz da Rocha quis se projetar politicamente por esse fato

---

<sup>4</sup> D. Alberto Gonçalves (1859-1945) era originário da cidade de Palmeira (PR) nos Campos Gerais. Estudou no Seminário Episcopal de São Paulo. Foi vigário colado da catedral de Curitiba e vigário geral forense do Paraná entre 1890 e 1894. Foi deputado estadual e senador. Foi o primeiro bispo de Ribeirão Preto (SP). Posteriormente teve como bispo auxiliar D. Manuel da Silveira D'Elboux, que veio a ser arcebispo de Curitiba entre 1950 e 1970. Cf. FEDALTO, 1958, pp. 200-202; CHIQUIM, 2005, pp.130-139.

provocado por ele? De que forma iriam contribuir esses personagens influentes e quais as suas motivações? Como significaram os discursos de ambas as partes no processo? Essas indagações foram sendo respondidas ao longo da consulta das fontes eclesásticas, cuja leitura abriu possibilidades de interpretação, quando cotejadas com documentação oficial.

Caetano Munhoz da Rocha, ao informar o bispo sobre a vinda de um visitador apostólico, informação que recebera pessoalmente do Ministério do Exterior, e que teria sondado a opinião de personalidades locais, parecia estar revelando notícias em primeira mão e confidenciais. Na carta, D. João Braga não pareceu surpreso, revelando uma anterior consulta a D. Alberto Gonçalves, cuja proximidade com D. Duarte, arcebispo de São Paulo, era maior. Esta consulta não redundou em sucesso. Ou D. João Braga já sabia dessas preliminares e não revelou?

No Livro da Diocese consta que, em 7 de maio de 1924, o bispo paranaense “aqui esteve tratando com o chefe do executivo pontagrossense, e outros grandes políticos, das possibilidades de formar um patrimônio para a provável diocese que aqui seria instalada” (FEDALTO, 1976, p. 67). Se aquilo que D. Alberto aconselhou fosse realmente recente, D. João Braga não teria vindo nessa data a Ponta Grossa para combinar a questão patrimonial com o prefeito e as lideranças locais. Assim, é possível pensar que a idéia de Curitiba se tornar arquidiocese já estava sendo discutida há algum tempo, e sua concretização passava pelo desmembramento e recomposição do território diocesano em novas circunscrições.

Miceli afirma que a política de estadualização das dioceses brasileiras, especialmente entre 1890 e 1930,

[...] foi implementada através de estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e, conseqüentemente, em função da margem de influência e prestígio já conquistada pela igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesástica (1988, p.67). [sem grifo no original]

Ora, tanto Affonso Alves de Camargo quanto Caetano Munhoz da Rocha representavam e simbolizavam as velhas frações dominantes de famílias paranaenses<sup>5</sup>;

---

<sup>5</sup> Affonso Alves de Camargo representava os proprietários de terras e as forças sociais dos Campos Gerais

este último era reconhecido pelo bispo como “católico exemplar”. Continua Miceli que, naqueles estados menos importantes em termos do valor de sua contribuição econômica, demográfica e política, o que parece ter sido o caso do Paraná, a organização eclesiástica buscou assentar suas possibilidades de expansão e consolidação em alianças explícitas com algumas das facções oligárquicas dominantes (1988, p. 67-68).

Segundo Freitas (consulta em 2008), a instituição de um bispado constituía um processo bastante complexo, tramitando na Secretaria de Estado do Vaticano, na Nunciatura Apostólica e no Bispado do qual a região seria desmembrada. Alguns personagens tinham poder nesse pleito: em primeiro lugar o Papa (chefe máximo da cristandade); em segundo plano, com igual importância, os membros da Secretaria de Estado do Vaticano e o Núncio Apostólico (representante máximo de Roma em um país); em seguida, o bispo da região a ser dividida. O clero local também opinava e, por último nesta hierarquia, a vontade dos fiéis leigos da cidade que aspirava a ser sede de bispado. Cada um destes personagens exercia funções específicas.

Caberia à Secretaria de Estado do Vaticano examinar toda a documentação, analisar a divisão geográfica proposta, o patrimônio para instituir a dioceses e outras rendas, além da escolha do candidato eleito. A cada um destes itens os membros do Conselho davam seu veredicto, aceitando ou não o pedido de instalação.

Competia ao Núncio realizar todos os trâmites, entre o Brasil, a cidade que apresentava para ser sede de bispado, a Secretaria de Estado do Vaticano e o Papa. O poder de vetar as aspirações das cidades e de padres que almejavam a honraria de ser bispo era seu, posto que bastaria uma palavra para que o processo fosse interrompido, o eleito não fosse escolhido, ou a cidade fosse outra (FREITAS, 2008).

O núncio, no caso, era o destinatário da carta de D. João Braga e, nesta lógica, não se opusera à movimentação, pois rapidamente Caetano Munhoz da Rocha prontificou-se a abrir um crédito de cem contos de réis para o patrimônio de cada diocese.

Como era de se esperar, houve protestos de inimigos da Igreja Católica, chegando a apelar ao Presidente da República, contra o ato do Presidente do Estado e do Congresso, que pretenderam auxiliar com dinheiro do erário público a formação do patrimônio das duas novas dioceses. O Presidente do Estado, convicto de que estava concorrendo para o bem de seu povo, disse: ‘quanto mais bradarem, mais serei capaz de ir aumentando o auxílio’ (FEDALTO, 1976, p.23).

---

e de Guarapuava; Caetano Munhoz da Rocha, os setores dominantes do litoral e os interesses ervateiros. Ambos fizeram um rodízio no executivo paranaense até os finais da República Velha. Cf. OLIVEIRA, 2001, p. 239.

O empenho da população era fundamental, especialmente daqueles política e economicamente influentes, que poderiam facilitar o andamento do processo, como era o caso de Affonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha. Este, em mensagem dirigida ao legislativo paranaense, no início de 1925, apresentou a criação da arquidiocese como “cogitação” da Nunciatura; no entanto, o rápido encaminhamento da questão no sentido da necessidade de formação do patrimônio sugeria que o aval da hierarquia aguardava esta decisão.

Archidiocese de Curytiba. Cogita a Nunciatura Apostolica do Rio de Janeiro a creção de mais duas dioceses em nosso Estado, sendo uma na cidade de Ponta Grossa e outra na região do norte, e consequentemente elevação da diocese de Curityba a arcebispado. O governo do Estado não é estranho a essas cogitações. Emancipado politicamente de São Paulo, há 71 anos, justo é que o Paraná tenha também, na ordem espiritual, a sua sede metropolitana própria. Desejaria que o Congresso autorizasse o governo a secundar mais directamente a acção daquela Nunciatura, facilitando a formação do patrimônio das novas dioceses, pois que a elevação de Curityba a arcebispado representa, em verdade, um penhor da marcha ascensional do Estado na orbita do progresso material não só, mas igualmente intellectual e moral (LEGISLATURA, 1925).

Munhoz da Rocha jogou com um argumento bastante caro aos paranaenses, o do reconhecimento público de um Estado da federação cuja dimensão política era limitada, com baixa densidade demográfica e arrecadação pouco expressiva. A possibilidade de projeção nacional através da promoção à arquidiocese, segundo ele, traria progresso material e visibilidade intelectual e moral ao povo paranaense, já emancipado politicamente e, portanto, merecedor de uma sede metropolitana: “Em 1926 havia grande interesse em transformar a Diocese de Curitiba em Arquidiocese. Desta maneira ela seria desligada da Arquidiocese de São Paulo, da qual era sufragânea” (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 67). De forma sintética esta afirmação simplificou e concentrou apenas no ano de criação da Arquidiocese de Curitiba os possíveis conflitos que atravessaram a negociação.

Invocando os altos interesses do povo do Paraná, Munhoz da Rocha capitalizou esse gesto, antevendo suas vantagens:

Na verdade, eu mesmo sugeri a idéia, em Mensagem ao Congresso Legislativo, sancionei a lei de autorização, expedi o decreto fixando a quantia do auxilio e abrindo o necessário crédito. Mandeí efetuar o pagamento. Assim fiz considerando os altos interesses do Estado, pois a criação de novos Bispados e a elevação de Curitiba a Arquidiocese, se tinham grande alcance moral e espiritual, constituíam igualmente uma segurança de incalculáveis benefícios de ordem material (In

FEDALTO, 1958, p. 192).

Quando enviou a segunda mensagem à Assembleia, principiou ressaltando o aumento das arrecadações do Estado, o que lhe daria uma justificativa para a doação. A relação que fez entre a instalação da arquidiocese e as novas dioceses e o progresso do Estado sugere os múltiplos interesses em jogo no momento. Seu discurso apenas comunicou um fato já consumado, para ele legal e legítimo, o que lhe rendeu distintas manifestações.<sup>6</sup>

Teve o governo comunicação de que a Santa Sé houve por bem crear os bispados de Ponta Grossa e Jacarezinho, bem como a prelazia de Foz do Iguaçu, elevando a diocese de Curityba á categoria de província ecclesiastica. As populações do interior receberam com entusiasmo a idea de criação das novas dioceses, contribuindo generosamente para a aquisição do palácio episcopal, tendo as municipalidades de Ponta Grossa e Jacarezinho concedido auxilio para o mesmo fim. A Camara de Curityba votou a lei no. 653 de 02 de maio de 1925, autorizando a compra de um terreno destinado ao palácio da archidiocese. Usando da autorização conferida ao Executivo pela lei 2343 de 9 de março de 1925, fiz baixar o decreto no. 307 de 19 do mesmo mez abrindo o credito de 320:000\$000 para attender o auxilio com que o Estado contribuirá para a formação do patrimônio das duas dioceses. Terá, pois, dentro em breve, o povo do Paraná a satisfação de ver installadas as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho, como mais tarde, quando o progresso do Estado e a maior densidade de sua população reclamarem, assistirá jubiloso a criação de outras mais em pontos diversos, União da Victoria e Guarapuava talvez, como têm alcançado os Estados mais prósperos do Brasil, entre os quais São Paulo e Minas Geraes (LEGISLATURA, 1926). (sem grifo no original).

A comparação com São Paulo e Minas Gerais trazia subliminarmente a história da conflituosa e tardia emancipação política dos paulistas (1853); esta libertação, agora na esfera religiosa, compunha uma lógica discursiva de convencimento das autoridades bastante eficiente.

---

<sup>6</sup> Em 1925, no Paraná, ocorreu um rumoroso processo quando se confrontaram a Federação Espírita do Paraná, na figura de seu presidente Arthur Lins de Vasconcelos Lopes, o pastor Luiz Leuns de Araújo César, representando as igrejas Presbiterianas e Júlio Hauer, pela loja Teosófica Nova Crotona. O processo originou-se quando foram criadas as Dioceses de Ponta Grossa e de Jacarezinho, enviando o então presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, mensagem à Assembléia para a doação de cento e sessenta contos de réis a cada Diocese, para a formação do seu patrimônio. Os opositores do subsídio solicitaram a intervenção federal, enviando telegrama ao presidente da República, Arthur Bernardes, gerando um processo que correu na justiça. (Cf. JOHANSEN, 2003, pp. 82-83). Outra foi a reação do Prof. José Loureiro Junior, que representou a opinião do Paraná católico: “Homem de convicções, e portanto de atitudes definidas, surge a sua figura para a história regional envolta em embates tremendos, atritando-se com egoísmo e ambições que se chocaram com sua forte personalidade. Pela sinceridade de suas convicções religiosas e a justiça de suas atitudes, foi Munhoz da Rocha figura impar da história administrativa [...] alheio à repercussão política que teria esse ato, chama a si a inteira responsabilidade da idéia de auxílio às novas dioceses”. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes (In FEDALTO, 1958, p. 192).

Elemento fundamental no processo era a anuência do bispo da diocese a ser dividida: no caso, para D. João Francisco Braga “tomando em consideração o bem da religião, seria a criação de novas Dioceses cousas para ser altamente desejadas”, pois tanto Curitiba seria alçada a arquiepiscopado, como ele próprio seria promovido a primeiro arcebispo do Paraná.

Embora sem acesso direto ao documento, arquivado na Cúria Metropolitana de Curitiba, podemos sugerir que a questão política presente na divisão do espaço geográfico da diocese foi tensa, pelo trecho mencionado no discurso de D. Fedalto, quando transcreveu o pedido de mediação de D. João Francisco Braga a D. Alberto junto ao Arcebispado de São Paulo:

Dom Alberto, em nome de ambos, respondera dizendo que ser melhor esperar um pouco, aconselhando-me a jogar água benta no meu escrúpulo. Não será fácil a divisão geográfica entre Curitiba e Ponta Grossa, visto que ficaria Curitiba abrangendo cidades e lugares mais ou menos estacionários, ao passo que Ponta Grossa ficaria com regiões em melhor desenvolvimento. Seria preciso pensar também em um bispado no Norte do Paraná, onde aliás seria difícil achar a sede conveniente (FEDALTO, 1976, pp. 22-23).

Mas D. João Braga parece não ter cedido,

[...] provando que a divisão planejada era a melhor [...] Tudo esclarecido e de pleno aceitamento, o governador prometeu ajudar o financeiramente o patrimônio das novas dioceses como também o Arcebispado que seria compensado por ter um território menos aquinhoado (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 68).

Se a divisão geográfica planejada a princípio foi a que vingou, não sabemos, mas parece claro que a Arquidiocese ficara com um território menor, porém com a promessa de retorno financeiro.

Assim, pela bula papal de Pio XI, *Quum in Dies Numerus*, de 10 de maio de 1926, foram criadas a arquidiocese de Curitiba, as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguaçu. No caso, extraímos da bula apenas os aspectos que dizem respeito à questão do território e paróquias que couberam à diocese de Ponta Grossa e à arquidiocese de Curitiba, que eram limítrofes:

Pio XI - 10 de maio de 1926, Bispo, servo dos servos de Deus, para perpétua memória. Visto crescer de dia para dia o número dos fiéis, é oportuno se desdobrem as províncias ecclesíasticas já existentes, e novas dioceses se erijam para que possam os Bispos assim, e mais facilmente, apascentar e reger e guiar o rebanho do Senhor que lhes está confiado. Dentro desses moldes se ajusta no Brasil, a diocese de Curitiba, cujas extensas fronteiras coincidem com as do Estado do Paraná, e cujo numero de fieis rivaliza com o numero crescente dos

habitantes. É de justiça, portanto, o interesse dessas almas se consulte mediante condizente recurso. Eis porque tomadas em consideração as varias circunstancias; ouvidos os veneráveis Irmãos Bispo de Corityba, Arcebispo Metropolitano de São Paulo e Nuncio Apostolico no Brasil [...] Decretamos em virtude de nossa autoridade Apostolica e com caráter de perpetuidade outrossim, tudo o que segue. Desligamos em primeiro lugar, e para sempre subtraímos do direito metropolitico da Igreja Archiepiscopal de São Paulo a actual diocese de Corityba, que daquela Igreja foi até agora suffraganea. Declaramos em seguida, dividido em quatro partes o território da diocese até hoje de Corityba; a esta, depois de revestida do character Archiepiscopal como abaixo se há de dizer, assignamos uma dessas partes, e nas outras três partes, erigimos as novas Dioceses de Ponta Grossa, e de Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguassú que independerá de outras dioceses. As quatro circumscrições terão por fronteiras as mesmas das parochias que adjudicadas lhes vão ser da forma seguinte. A Archidiocese, a constituir-se, de Corityba, pertencerão as vinte e nove parochias: Corityba, Abranches, Agua Branca, Antonina, Araucaria, Assunguy de Cima, Bocayuva, Campo Largo, Cêro Azul, Colombo, Contenda, Lapa, Morretes, Muricy, Orleans, Palmeira, Paranaguá, Piraquara, Rio Negro, Rondinha, Santa Cândida, Santa Felicidade, São João do Triunpho, São José dos Pinhaes, São Matheus, Tamandaré, Thomaz Coelho, Umbará e Votuperava. Da Diocese de Ponta Grossa farão parte as doze parochias: Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivahy, Palmas, Prudentopolis, Rio Claro, Tibagy, e União da Victoria ((DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, pp. 91-92) (sem grifo no original)

Em 1926 o território da diocese de Ponta Grossa, pelo estipulado na bula, estendia-se por 56550 km<sup>2</sup>, 38 sacerdotes (apenas religiosos), nenhum seminário (FEDALTO, 1976, p. 24).

A preparação da cidade era outro ponto a ser considerado. Para ser a sede de um bispado, a cidade precisava preencher certos requisitos tais como: possuir uma igreja capaz de se transformar em catedral, uma casa em bom tamanho e localização, para servir de palácio episcopal, um capital capaz de assegurar ao bispo rendas condizente com sua condição (no início do século XX estava orçado em duzentos contos de réis, um montante considerável). No livro do Cinquentenário da Diocese de Ponta Grossa consta que o prefeito Victor Antonio Batista (1924-1928) se empenhou “de maneira muito significativa para que Ponta Grossa sediasse a nova Diocese que seria criada no Paraná” (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 48).

A igreja matriz de Sant’Ana em Ponta Grossa já estava passando por amplas reformas: “Atualmente a matriz passa por uma reforma radical: andaimes de todo jeito e por todos os lados, parecendo uma floresta. É que a matriz passa por uma metamorfose: de simples matriz vai se tornar CATEDRAL!” (CRÔNICA DA CONGREGAÇÃO DO

VERBO DIVINO, 1927).

Quanto à residência episcopal, o Livro da Diocese apresenta a cópia de um recibo da Prefeitura Municipal, selado e assinado pelo prefeito da época e a destinação do montante:

Rs. 40:000\$000

Recebi do Exmo.Snr. D. JOÃO BRAGA, Bispo de Curityba do Paraná, quatro letras do Thesouro do Estado do valor de 10:000\$000 cada uma, contribuição para a aquisição de prédio destinado ao palácio episcopal de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 23 (?) de março de 1926.

Victor Anto. Baptista  
(ass.) (LIVRO

TOMBO da Diocese de Ponta Grossa, 1926)

Segundo Miceli, o empenho de se dotar cada diocese com um prédio luxuoso para servir de residência ao bispo prendia-se à tradição romana que concebia, política e simbolicamente, a posição de bispo como chefe supremo da Igreja local e representante encarnado da figura do pontífice. O espaço arquitetônico deveria ser ajustado às pretensões de influência política e espiritual dos prelados nomeados após a separação Estado-Igreja. A rigor, a residência do bispo deveria ombrear-se com os prédios que abrigassem instituições e personalidades de relevo na sociedade local (1988, p.142-143).

A casa escolhida para a residência do futuro bispo de Ponta Grossa poderia ser chamada de palacete, considerados o momento histórico e a sociedade local:

O prefeito [Victor Baptista] concedeu auxílio para a compra de uma casa para servir de Palácio Episcopal. Esta casa era uma das mais belas mansões que existia na cidade, e a família Nasser, proprietária, vendeu-a para o Bispado (CHAMMA, 1988, p. 72).

A cidade, por sua vez, apresentava condições de abrigar a sede diocesana. Em periódico da época, uma longa lista de benfeitorias urbanas representava o progresso local:

Ponta Grossa dista da capital 145 kilometros pela estrada de rodagem e 191 kilometros pela via férrea Paraná. É centro do commercio de todo o interior do Estado, por ser atravessada pela Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, de norte a sul. Além das vias férreas está ligada por estradas de rodagem e de automóvel á cidade de Castro, com a extensão de sete léguas [...] Os edifícios públicos existentes na cidade são a Escola Normal, o Paço Municipal, o Forum e Cadeia Publica (o mais antigo), a Igreja Matriz, a Igreja do Rozario, Igreja do Menino Jesus, Igreja Presbyteriana, Hospital de Caridade, Hospital da estrada

de ferro São Paulo-Rio Grande, Grupo Escolar João Candido, Grupo Escolar Senador Correia, Collegio Sant'Ana, Collegio São Luiz, Collegio Pontagrossense, Externato José Martins Collares (o mais antigo), 12 Escolas Publicas do município, e três no Distrito Judiciario de Itayacoca,[...] Hospedaria de Immigrantes Federal, Theatro sant'Ana, Theatro Renascença, Matadouro Publico, Club Campos Geraes, Club Pontagrossense com um bello edificio, Club Democrata, Club 13 de Maio, Club São José, Club Princesa do Sul, Agencia do Banco Frances Italiano, Banco do Brasil, Banco Pelotense e Banco Nacional do Commercio, cemitério Municipal, Reservatorio d'agua. A cidade é illuminada a luz electrica, gerada pela usina movida por força hydraulica da Empreza de Electricidade Prada, installada no Rio Pitanguy (A REPUBLICA, 1925, p. 106-107).

O jornal continuou enaltecendo o avanço da cidade, especialmente na gestão do prefeito Victor Baptista, destacando ser muito bem servida por caminhos, estradas e rodovias, que o seu progresso cultural era significativo, que contava com um Regimento de Infantaria que garantia a ordem e a tranquilidade de toda a região. Salientou também o grande movimento comercial e as numerosas serrarias e outras indústrias aqui instaladas, tais como: de erva-mate, de banha, xarqueadas, cervejarias, de tecidos, madeira, pregos etc., provas mais que evidentes de que o município era o mais adiantado e progressista do interior do Paraná. Qual o motivo de, exatamente nessa conjuntura, o periódico que se autointitulava “órgão do Partido Republicano Paranaense” apresentar um amplo panorama do Estado do Paraná e do desenvolvimento de seus municípios, entremeado por um significativo número de reportagens de cunho religioso e mencionar a comemoração do Ano Santo<sup>7</sup>? Seu diretor político, cujo nome se encontra estampado na abertura da primeira reportagem, era o Senador Affonso Camargo, grande interessado na emancipação religiosa do Paraná e um dos mediadores na criação da arquidiocese.

Assim sendo, pode-se inferir que não foi apenas a criação das dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu que levaram à formação da Província Eclesiástica do Paraná, conforme é sugerido nas diversas fontes consultadas, mas a conjunção de interesses, políticos, econômicos e patrimoniais e de organização eclesiástica culminou na criação da Arquidiocese de Curitiba em 1926, desmembrada em 2 dioceses e uma prelazia.

A cidade era adequada, a casa fora escolhida e sua compra encaminhada, a Igreja

---

<sup>7</sup> O Ano Santo consiste na comemoração de um jubileu com indulgência plenária pelo espaço de um ano, por determinação papal, que estabelece as condições para lucrá-la. Em 1470, o papa Paulo II definiu que a partir de 1475, a celebração do ano jubilar deveria ocorrer a cada 25 anos, norma ainda em vigor (SCHLESINGER; PORTO, 1995, pp. 188-189).

matriz estava sendo reformada, mas Ponta Grossa ainda aguardava não só a chegada do bispo, mas principalmente, segundo as fontes, saber quem seria. Até finais de 1929, nenhuma notícia sobre um possível nome, exceto por um registro na crônica SVD: “*Foi confirmada a notícia de ter sido nomeado o 1º. Bispo para Ponta Grossa, vai ser o Excelentíssimo D. ANTONIO MAZZAROTTO (CRÔNICA DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO, 1929)*”. “Foi confirmada”, ou seja, oficiosamente já se sabia o nome do provável candidato.

A que podemos atribuir a demora, sendo que em Jacarezinho D. Fernando Taddei CM já tinha sido empossado desde 13 de agosto de 1927 e igualmente o padre Guilherme Maria Thileczek SVD como administrador apostólico da Prelazia de Foz do Iguaçu em 29 de dezembro de 1926? Dificuldades na escolha de um bispo “genuinamente brasileiro”? Padre Guilherme era polonês e D. Fernando era italiano. Disputas de poder no interior da hierarquia arquidiocesana? Ou essa lacuna de tempo foi apenas acidental e devida à demora na tramitação e comunicação da Santa Sé?

Nada foi encontrado na documentação trabalhada, sequer no único jornal que circulava na cidade na época, o Diário dos Campos. Este jornal, até 1924, não publicou qualquer notícia especulativa sobre a criação da arquidiocese. A recepção da criação da diocese e os preparativos para este evento, fartamente documentados pela imprensa periódica em outros bispados, não puderam ser percebidos no período, visto que o Diário dos Campos apresenta uma lacuna em seus arquivos entre 1924 e 1932. Na Crônica das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo consta, em 1930: “No início do ano soubemos que P. Grossa seria sede do bispado e D. Antonio Mazzarotto, que já tinha trabalhado com eficiência em Curitiba, seria o bispo escolhido para a nova diocese”.

O padre Antonio Mazzarotto foi escolhido em 16 de dezembro de 1929 e “*fez-se sagrar (FEDALTO, 1958, p. 203)*” em Roma em 23 de fevereiro de 1930, pelo cardeal Henrique Gasparri, o núncio apostólico no Brasil, o que não ocorreu com D. Fernando nem com D. Guilherme Maria.<sup>8</sup> A expressão “*fez-se sagrar*” e o ato presidido pelo núncio parecem significar uma dignidade especial. É possível que a proximidade de D. João Francisco Braga lhe tenha rendido esse privilégio: se o padre Antonio Mazzarotto

---

<sup>8</sup> D. Fernando Taddei recebeu a ordenação episcopal no Rio de Janeiro, tomando posse em Jacarezinho em 13 de agosto de 1927; D. Guilherme Maria Thileczek foi nomeado administrador apostólico da Prelazia de Foz do Iguaçu em 29 de dezembro de 1926. D. João Francisco Braga recebeu a ordenação episcopal em Porto Alegre. Seus antecessores, D. José de Camargo Barros e D. Duarte Leopoldo e Silva foram a Roma para serem ordenados bispos.

foi ordenado em 23 de novembro de 1914 e trabalhou por 15 anos junto a D. Braga, como coadjutor da Catedral, e foi escolhido em dezembro de 1929, é possível que a ordenação episcopal, acontecendo em Roma, lhe tenha sido concedida como um prêmio pelos bons serviços prestados à diocese de Curitiba. A primeira carta pastoral, escrita em Roma, assim o refere:

Como sacerdote, devo tudo, depois de Deus, ao bondoso e preclaro Metropolita da Provincia ecclesiastica do Paraná, Dom João Francisco Braga, que me impoz as mãos, ordenando-me de Presbytero e em cuja cathedral trabalhei nos meus primeiros quinze annos de sacerdotio (MAZZAROTTO, 1930, p. 32).

A crônica verbita, não obstante a pouca divulgação anterior, registrou de forma festiva a chegada do bispo:

03.05. 30 Significa uma nova página na crônica de Ponta Grossa. A instalação do 1º. BISPO em Ponta Grossa: DOM ANTONIO MAZZAROTTO, nascido na Colônia Santa Felicidade, filho de imigrantes italianos. Pe. Roberto Bonk viajou até Jaguariaíva, ao encontro de S. Excia. Uma comissão de pessoas gradas junto com o carro do Presidente do Estado e mais carros viajaram até Castro para dar as boas vindas ao Ilustre Prelado. Pela uma e meia da tarde o trem adentrou na estação de Ponta Grossa, trazendo o caríssimo esperado. Logo mais, realizou-se a TOMADA DE POSSE. S. Excia. paramentou-se na residência do Sr. Prefeito Municipal, Dr. Eliseu Campos Melo e em solene procissão ingressou na catedral, apinhada de fiéis. Seguiram-se as cerimônias prescritas: canto festivo do *Ecce Sacerdos*, leitura da BULA PONTIFICIA, alocução do Exmo. Sr. Bispo, bênção sacramental e Bênção Episcopal.

04.05 Um domingo. Soleníssimo Primeiro PONTIFICAL. A contagiante alegria fazia vibrar toda a população. Nesta recepção aglomeraram-se umas 4 a 5 mil pessoas. Numerosos sacerdotes, mesmo vindos de Curitiba, Castro, Porto União, Prudentópolis, Tibagi, Rio Azul (CRÔNICA DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO, 1930).

Em suma, conhecer os sentimentos do passado é colocar um problema insolúvel quando dispomos apenas de exíguas pistas. Nos documentos que manuseamos pouco encontramos acerca da instalação da diocese. As informações que esses documentos fizeram renascer sob nossos olhos foram imobilizadas para sempre num ponto do tempo, e são dotadas daquela verdade que pertence à realidade do passado: imutável, pois nada poderá torná-la diferente daquilo que foi, mas sujeita a modificações no conhecimento que podemos ter a seu respeito. É possível que algum documento negligenciado poderia ter nos revelado alguma coisa, dentre tantas que não sabemos, ou mudar a interpretação das coisas que lemos. Restaram-nos a vontade de entender e a capacidade de resposta dos documentos às questões que lhes fizemos. Se a dispersão, o

desconcerto ou a ausência das fontes passam a impressão de “abraçar as sombras”, isso não impede nosso desejo de fazê-lo: o que corresponde a esse abraço é a compreensão, tentativa que está na origem da historiografia como forma de conhecimento (PROSPERI, 2010, pp. 26-27).

## REFERÊNCIAS

CARTA PASTORAL. Dom Antônio Mazzarotto. *O Reino de Christo*. Roma: Tip. Consorzio Nazionale de Emigrazione e Lavoro, 1930.

CHAMMA, Guísela Veleda Frey. *Ponta Grossa: o povo, a cidade, o poder*. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, 1988.

CHIQUIM, Carlos Alberto. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção à Vida, 2005.

CRÔNICA DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO (1903-1965). Ponta Grossa. Manuscrito.

CRÔNICA DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS SERVAS DO ESPÍRITO SANTO (1905-1945) Ponta Grossa. Manuscrito.

FEDALTO, Pedro. *A Arquidiocese de Curitiba na sua História*. Curitiba, s. e. 1958.

FEDALTO, Pedro. Aspectos da História Religiosa do Paraná (Discurso proferido pelo Arcebispo de Curitiba por ocasião da Sessão Solene do Cinquentenário). In: DIOCESE DE PONTA GROSSA. *Cinquentenário (1926-1976)*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

FREITAS, Nainora Maria Barbosa de. *A formação da Província Eclesiástica de São Paulo*. Disponível em [www.cehilanet/01textos](http://www.cehilanet/01textos), Consultado em 06/11/2008.

JOHANSEN, Elisabeth. *De católicos poloneses a cidadãos ponta-grossenses*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

LEGISLATURA. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha*, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. sessão da 18ª. Curitiba, 1º. de fevereiro de 1926. Disponível em [www.pr.go.br/arquivopublico/pdf/msg1926\\_p.pdf](http://www.pr.go.br/arquivopublico/pdf/msg1926_p.pdf). Consultado em 06/11/2008.

LEGISLATURA. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha*, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. sessão da 17ª. Curitiba, 1º. de fevereiro de 1925. Disponível em [www.pr.go.br/arquivopublico/pdf/msg1925\\_p.pdf](http://www.pr.go.br/arquivopublico/pdf/msg1925_p.pdf). Consultado em 06/11/2008, Consultado em 06/11/2008.

MANOEL, Ivan. Criação da Diocese de Assis: projeto católico e envolvimento da oligarquia. *Revista História*. São Paulo: UNESP, n.17/18, pp. 227-242, 1998/1999.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO PARANAENSE. *A República*. Grande Edição Especial Comemorativa do Anno Santo. 1925-1926. Curitiba, 25 de dezembro de 1925.

PROSPERI, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995, v. I e II.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. *Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa- PR (1930-1965)*. Florianópolis: UFSC, 2009 – Tese (Doutorado em História).

RECEBIDO EM 20/07/2011

APROVADO EM 05/05/2012